



Renascença

É tudo o que precisa de ouvir.

Há mais emprego, mas de pior qualidade

Inserido em 09-06-2017 01:31



Observatório sobre Crises e Alternativas confirma o aumento da instabilidade laboral, com empregos mais precários, de menor duração e com menor valor salarial. São questões “preocupantes”, diz Carvalho da Silva.

Há mais mas, nem por isso, melhor emprego. Esta é a conclusão do estudo do Observatório sobre Crises e Alternativas que confirma o aumento da instabilidade, com empregos mais precários, de menor duração e com menor valor salarial.

São questões “preocupantes”, diz à **Renascença** Carvalho da Silva, um dos coordenadores do estudo, que pede o debate político do que diz serem "indicadores negativos" da qualidade do emprego.

O estudo do Observatório sobre Crises e Alternativas, criado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dá conta que 37% dos postos de trabalho, criados desde 2016, eram pagos com o salário mínimo e que apenas 33% dos contratos de trabalho eram permanentes.

Segundo o coordenador, existe uma tendência para a redução do peso dos contratos permanentes na estrutura geral do emprego. Os dados revelam também o predomínio de uma grande variedade de tipos de contratos não permanentes, de baixa duração, muitos deles temporários e/ou de horários parciais, em permanente rotação para o mesmo posto de trabalho ou até para o mesmo trabalhador.

O barómetro expõe ainda uma tendência de degradação da remuneração do trabalho, com a média de retribuição ilíquida dos novos contratos vigentes em Maio de 2017 a fixar-se nos 646 euros, um valor próximo do salário mínimo nacional (SMN) em vigor (557 euros).

“O que se observa é que mesmo os contratos permanentes têm uma queda muito grande.” De Setembro de 2014 para Janeiro de 2017, a remuneração base média dos contratos permanentes vigentes passou de 1.024 euros para 809 euros, cerca de 20% a menos, aproximando-se progressivamente da remuneração base dos contratos não permanentes.

Ainda assim, de acordo com o barómetro, são as actualizações do salário mínimo a impulsionar a melhoria da remuneração média praticada nos novos contratos.

O sociólogo defende também políticas de emprego que garantam o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Os dados resultaram da observação de mais de três milhões de contratos de trabalho celebrados entre Novembro de 2013 e Maio de 2017.

Durante este período foram celebrados 3.343.255 contratos e, destes, em 15 de Maio de 2017, estavam vigentes 1.146.062 contratos. “A desproporção entre contratos firmados e vigentes decorre da precariedade dos vínculos contratuais”, conclui.